O Sudeste Asiático e a sede regional: consequências práticas

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Para grupos que instalam uma sede regional

Um grupo que instala uma sede regional em Singapura deve tratar a decisão como uma combinação de escolhas operacionais, jurídicas e tributárias. As funções alocadas em Singapura determinam os incentivos disponíveis, a posição da holding perante os tratados e a exposição do grupo ao direito de Singapura. O imposto mínimo global reduziu o valor das alíquotas reduzidas para os grandes grupos, ao passo que subvenções, créditos restituíveis e a qualidade do ambiente local ganharam importância. Os grupos abaixo do limite de receita do imposto mínimo continuam elegíveis para os benefícios tradicionais.

Para investidores na região

Os investidores que usam Singapura como base para investir na região devem planejar sua proteção desde o início. A escolha da holding, a lei aplicável aos contratos, a cláusula de arbitragem e o tratado de investimento aplicável determinam, todos, quais remédios estarão disponíveis se o investimento fracassar. Essas escolhas são difíceis de corrigir depois que uma disputa surge.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Checklist para negócios regionais a partir de Singapura

- Definir as funções da entidade de Singapura (administração, tesouraria, compras, propriedade intelectual, holding) e documentar onde as decisões são tomadas.
- Verificar a elegibilidade para incentivos e sua interação com o imposto mínimo global, em especial para grupos com receita consolidada superior a EUR 750 milhões.
- Rever o acordo tributário entre Singapura e cada Estado anfitrião, inclusive as alíquotas de retenção na fonte e o teste do propósito principal introduzido pelo Instrumento Multilateral.
- Identificar o tratado de investimento ou o acordo de livre comércio que protege cada investimento, verificar se continua em vigor e conferir sua definição de investidor e de investimento.
- Analisar as regras sobre participação estrangeira, os requisitos de licenciamento e as restrições sobre terras em cada país anfitrião, e evitar estruturas com titulares nominais (nominees) que violem o direito local.
- Escolher o direito de Singapura e a arbitragem com sede em Singapura para os acordos de joint venture e de acionistas quando a contraparte os aceitar, e considerar cláusulas de mediação.
- Gerenciar a exposição cambial de forma centralizada e acompanhar as regras de conversibilidade e transferência de cada país.
- Aplicar due diligence anticorrupção e de combate à lavagem de dinheiro a parceiros, agentes, distribuidores e locadores, com atenção especial às listas de sanções e aos vínculos com operações de golpes.
- Preparar-se para mudanças políticas por meio de planejamento de cenários, seguro contra risco político quando disponível e proteções contratuais como cláusulas de estabilização e de rescisão.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com